

ENGA E SINGA: OS EVENTOS COMO ESPAÇOS DE DEBATE PARADIGMÁTICO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA¹

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Docente do Curso de Geografia – Universidade Federal do Triângulo Mineiro –
UFTM. Coordenadora do NaTERRA.

Introdução

O presente estudo apresenta os resultados preliminares sobre os principais temas da Geografia Agrária brasileira deste início do século XXI. A reflexão partiu de dois importantes eventos da Geografia Agrária – o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA). Estes dois eventos são espaços de debate paradigmático. São nos eventos científicos, espaços interativos e coletivos nos quais os geógrafos(as) defendem diferentes propostas, que o debate paradigmático pode ser apreendido, com enfoque para as temáticas e para os paradigmas eleitos. Como parte de um estudo que encontra-se em andamento, são debatidos, neste trabalho, os principais temas da Geografia Agrária, os quais são analisados à luz do debate paradigmático. Assim, embora dialogue com o debate paradigmático, este trabalho se restringe à discussão dos resultados preliminares. O debate paradigmático constitui-se num método e metodologia que instrumentalizará, posteriormente, a análise dos trabalhos.

O debate paradigmático é um método de análise que vem sendo trabalhado por estudiosos como Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009), Girardi (2008), Ramos Filho (2008), Campos; Fernandes (2011), Felício (2011), Campos (2012) e Camacho (2014). O debate paradigmático é uma opção interpretativa de análise do conhecimento produzido pela Geografia Agrária que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica contida nas pesquisas sobre o desenvolvimento do campo. Evidente que as pesquisas sobre o campo

¹ Este trabalho traz parte dos resultados da pesquisa financiada pelo CNPq intitulada *Temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira: tendências e perspectivas*, - Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPEs N. 22/2014 – Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas.

brasileiro não se resumem à análise paradigmática, mas adotá-la é uma questão de método² (MORIN, 2008).

A metodologia baseou-se no levantamento e análise dos anais do ENGA e SINGA entre os anos de 2002-2014. O levantamento, organização e sistematização foi efetuado para todas as edições dos dois eventos no período supracitado. Foram organizados 13 anais, registrando, até o momento, 4.745 trabalhos completos, apresentando um elevado crescimento do número de trabalhos inscritos nos anais de ambos eventos. As tendências de estudo demonstraram desde a permanência de alguns temas que emergiram, sobretudo, no final da década de 1990, como movimentos sociais/luta pela terra/acampamentos e assentamentos rurais, até o surgimento de novas temáticas, como o estudo da agricultura orgânica/agroecologia e agroenergia.

Foi possível apreender a diversidade e a diferencialidade da Geografia Agrária, fruto da tentativa de acompanhamento por parte dos(as) pesquisadores(as) do complexo e dinâmico movimento da realidade que o campo brasileiro está mergulhado. Os temas também possuem o potencial de desvelar as posturas ideológicas e políticas que estão em permanente disputa, reflexão que não comparece neste trabalho, mas que é explicitada e traçada como perspectiva analítica de estudo.

Além desta parte introdutória e das considerações finais, o texto está organizado em duas seções centrais: a primeira apresenta uma breve reflexão sobre o processo de constituição histórica que deu origem ao ENGA e ao SINGA, encarando-os como espaços de socialização do conhecimento em que acontece o debate paradigmático. A segunda parte versa sobre os principais temas da Geografia Agrária, desenvolvendo, num primeiro momento, um balanço geral dos dois eventos, e dá destaque às permanências e mudanças, atualizando o debate temático.

1. ENGA e SINGA: os eventos como espaços de debate paradigmático

O ENGA é um dos principais e o mais tradicional espaço de debate na Geografia Agrária. Seu surgimento advém de um movimento de ruptura política com a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), exaltado no III Encontro Nacional de

² O método é concebido como uma construção mental do sujeito que, a partir da intervenção do pesquisador, é indispensável no processo de construção do conhecimento (MORIN, 2008).

Geografia, realizado, em 1978, em Fortaleza (CE), acompanhado pelo movimento de renovação paradigmática da disciplina, trazendo para seu interior uma crítica à Geografia Quantitativa e uma preocupação com as questões sociais (DINIZ et al., 1987). A partir da democratização da entidade, encontros nacionais de outras ramificações da Geografia despontaram nesse período. A comunidade geográfica exigia a abertura e a flexibilidade desses eventos, com a participação de toda a gama de pesquisadores - incluindo a participação de estudantes, até então não permitida -, e não mais de um número restrito de membros da entidade (FERREIRA, 1998).

É dentro deste movimento de renovação e ruptura, que o ENGA surge “[...] como uma fratura, uma cisão, no interior dos geógrafos”. (OLIVEIRA, 2005, p. 65). Num período em que a Geografia Agrária mostrava-se fragilizada, acoplado do crescimento vertiginoso dos estudos urbanos, em que, de acordo com Diniz et al. (1987), o “desânimo” e a “frustração” estavam presentes para os geógrafos agrários, que José Alexandre Felizola Diniz, Rivaldo Gusmão e Olindina Mesquita decidiram por organizar o primeiro ENGA em Sergipe. Assim, concomitantemente aos encontros da AGB, o ENGA também acontecia.

Balizados pelo paradigma neopositivista, este grupo, naquela época, possuía hegemonia nas pesquisas em Geografia Agrária, formado, majoritariamente, por pesquisadores da Unesp (Rio Claro), URFJ e do IBGE. (OLIVEIRA, 2005). Diferentemente dos encontros promovidos pela AGB, a comissão organizadora do ENGA deveria ter caráter rotativo e plural, isto é, sem a sobrepujança de um grupo no comando (DINIZ, et al., 1987) e realizado anualmente – a partir de 1988, o ENGA passa a ser realizado a cada dois anos. (FERREIRA, 1998). Até o hoje, o ENGA não apresenta um grupo definido que o dirige, diferindo a cada edição da sua realização.

De acordo com Oliveira (2005), a partir da segunda edição, o ENGA começa a abrigar em seu interior um processo de disputa intelectual. Com o sucesso do encontro da AGB em 1980, realizado na PUC do Rio de Janeiro, era preciso envolver pesquisadores de outras áreas do conhecimento. A partir de então, o ENGA passou a acolher a concorrência entre marxistas e não marxistas:

[...] no fundo era uma espécie de luta entre os marxistas e os não marxistas dentro da geografia agrária. Na realidade o encontro sempre teve esse caráter, pois eu participei do segundo e do terceiro, e já tinha esse conflito. Ou seja, convidava-se o José Graziano da Silva, o José de Souza Martins, mas na realidade os princípios

teóricos desses pesquisadores eram os princípios do grupo que discutiam na Geografia Agrária, por exemplo, a teoria da modernização da agricultura, do Graziano, até em parte era, mas não integralmente (OLIVEIRA, 2005, p. 65).

Foi no interior dessa disputa paradigmática que o grupo de estudiosos vinculados a teoria da modernização da agricultura tornou-se o principal responsável pelo direcionamento do ENGA até a década de 1990 (OLIVEIRA, 2005). Contudo, na assembleia final do XII ENGA, realizado na cidade de Florianópolis, em 1994, decidia-se pelo fim do encontro, já que se anunciava o esgotamento do debate. Na verdade, a opção de findar com o ENGA, de acordo com Oliveira, atrelou-se a outro motivo:

Na realidade o que estava acontecendo é que mesmo nesta estrutura acompanhada por esse primeiro grupo, os trabalhos de esquerda, os trabalhos marxistas, já estavam aumentando significativamente no ENGA. Foi como se os pesquisadores da linha dialética já tivessem transformado o ENGA. Mas, na realidade, esses pesquisadores não tinham controle político do encontro, por isso, passou um período sem realização (OLIVEIRA, 2005, p. 66).

Os trabalhos de cunho marxista haviam ganhado expressividade, se sobressaltando sobre os trabalhos de estudiosos não marxistas, cuja linha de pesquisa argumentava o fim do campesinato e a conseqüente modernização do campo, decidindo-se pelo fim dos encontros. Posteriormente a esse episódio, o controle político do ENGA passou novamente para a AGB, ou seja, mesmo “[...] nascido fora da AGB, em oposição a AGB, acabou vindo para dentro da AGB, porque a maior parte das pesquisas que se faz hoje tem essa perspectiva dialética e uma parte delas, materialista” (OLIVEIRA, 2005, p. 66).

Diferentemente do ENGA, o SINGA possui uma concepção assentada em novas propostas e perspectivas. O evento nasceu ancorado em preocupações de um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) (Laboratório de Geografia Agrária), no intuito de constituir-se em um espaço de diálogo sobre o campo distinto do ENGA. “Nós, com o Simpósio, queríamos iniciar um movimento e um campo de debate teórico, metodológico, político e ideológico na Geografia

Agrária que não tivesse essa carga histórica que o ENGA tinha, por isso iniciamos o Simpósio” (OLIVEIRA, 2005, p. 66-67).

A realização dos encontros reflete a abordagem paradigmática adotada pelos(as) pesquisadores(as) responsáveis, atribuindo tônicas peculiares aos eventos, e, neste sentido, tanto o ENGA quanto o SINGA incorporam interesses que se diferem (GERMANI apud RAMOS FILHO, 2005). Sobre essas diferenças, Germani afirma que, de acordo com o grupo responsável pela organização do evento, o “protagonismo dos temas” também pode ser alterado e, para a autora:

Como a organização vai se alterando, há a possibilidade de também ir se alterando o protagonismo dos temas. Mas como é um Encontro Nacional de Geografia Agrária, tende a contemplar também, e dar espaço para temas e discussões diversas do temário da Geografia Agrária... Talvez a riqueza do ENGA esteja justamente aí. Por outro lado, a organização do Simpósio não está submetida a uma estrutura como a do ENGA. Quem realiza o Simpósio é um grupo mais reduzido de pesquisadores que têm um denominador comum das questões que consideram importantes discutir dentro da Geografia Agrária, e isso dá uma tônica diferente dos dois eventos. Não que os dois não demonstrem também a riqueza e a diversidade, mas, seguramente você tem condições objetivas diferentes dadas por sua origem e pela estrutura de sua realização. No Simpósio tem-se mais liberdade para orientar e direcionar o temário dentro das questões que os organizadores acreditam, o que pode significar um aprofundamento nas discussões. Além disso, a própria abrangência é ampliada para a escala internacional – com o Simpósio Internacional – e agora, como a I Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Quer dizer, são três eventos simultâneos (GERMANI apud RAMOS FILHO, 2005, p. 55).

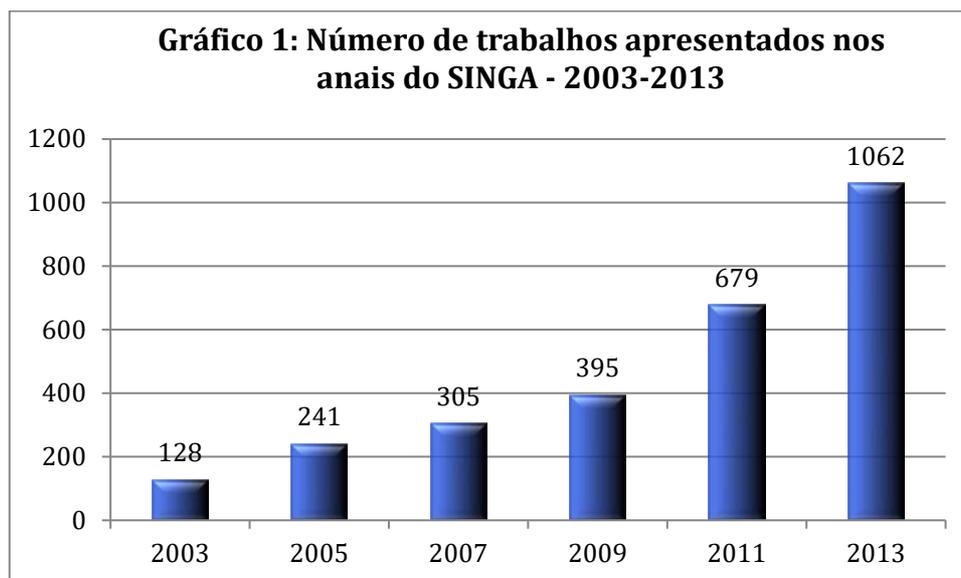
Diante do estudo realizado até o momento, ainda não foi possível revelar, através das temáticas identificadas, distintos interesses representados pelos dois eventos. Esta reflexão será realizada na etapa final da pesquisa, através da análise paradigmática, desvelando posturas políticas e ideológicas. Na próxima seção é feito um debate sobre as principais temáticas da Geografia Agrária entre 2002-2014, momento em que será possível discutir melhor essa questão.

2. Temáticas da Geografia Agrária

2.1 Temáticas da Geografia Agrária brasileira (2003-2013³): SINGA

³ Foram registrados os trabalhos apresentados no SINGA de 2011 e 2013, contudo, a análise temática foi feita até o ano de 2009.

Para apreender o debate paradigmático que o SINGA apresenta, foi realizado um prévio levantamento das temáticas que caracterizam a Geografia Agrária neste início XXI. No que diz respeito ao universo de análise dos trabalhos apresentados no SINGA, o gráfico 1 evidencia a sistematização dos dados quantitativos por edição do evento, a partir da segunda edição (2003)⁴ até o ano de 2013.



Fonte: Anais do SINGA (2003-2013)
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (2016)

O SINGA apresentou um aumento progressivo nas seis versões sistematizadas, com, respectivamente, 128, 241, 305, 395, 679 e 1.062 trabalhos publicados, totalizando 2.810 trabalhos completos. Cabe destacar que a primeira edição do evento, em 1997, devido ao seu caráter inicial, não foi organizado anais do evento, impossibilitando a sua sistematização e análise.

No que diz respeito às temáticas de cada edição desse evento, foram, até o momento, tabulados 4 anais do SINGA (2003, 2005, 2007 e 2009). A tabela 1

⁴ “O I Simpósio Nacional de Geografia Agrária foi realizado em 1997 pelo Laboratório de Geografia Agrária do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo a partir das discussões que a Professora Dra. Iraci Palheta realizava com o grupo de pesquisadores do Laboratório. Parte desse debate inicial também contou com a participação da Comissão de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros – executiva Nacional.” Ver em <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/eventos.htm>> Acesso em 16 de julho de 2010.

apresenta um ranking das temáticas mais estudadas, com destaque para 10 temários (Tabela 1).

Tabela 1: SINGA - Ranking das principais temáticas de acordo com os trabalhos apresentados (2003-2009)

	TEMÁTICA	2003	2005	2007	2009	TOTAL
1	Reforma agrária/luta pela terra/movimentos sociais/assentamentos rurais	33	54	78	83	248
2	Rural/urbano e campo/cidade	9	33	19	19	80
3	Comunidades tradicionais	10	18	13	34	75
4	Agricultura familiar/campesinato	10	19	17	17	63
5	Agronegócio	0	21	10	29	60
6	Educação	4	14	22	19	59
7	Políticas públicas	20	4	13	20	57
8	Abordagens teórico-metodológicas	6	6	20	15	47
9	Agroecologia/agricultura orgânica	5	10	12	20	47
10	Impactos ambientais	3	12	10	16	41

Fonte: Anais do SINGA (2003-2009)
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (2016)

No SINGA, no período de 2003-2009, os trabalhos cujos temas que evidenciaram a **reforma agrária/luta pela terra/movimentos sociais/assentamentos rurais** registraram 248 trabalhos, ocupando a primeira posição. Esses trabalhos referem-se, sobretudo, ao processo de luta pela terra como um processo de resistência e (re)criação do campesinato brasileiro; a atuação dos movimentos sociais/socioterritoriais (FETRAF, MST e MAB, por exemplo), com enfoque para as estratégias de espacialização, territorialização e desterritorialização; os processos de dissidência dos movimentos; a criminalização dos movimentos sociais; o destaque para o conceito de território; as dimensão simbólica; imaginário campesino; ocupações; acampamentos; teologia da libertação e a ação da igreja católica; violência no campo e os conflitos agrários; o assentamento com espaço de luta e resistência; a produção para o mercado e subsistência nos assentamentos; a reforma agrária de mercado como política de terra do Banco Mundial; a luta pela terra das comunidades tradicionais. Os trabalhos também trouxeram o debate sobre as metodologias como instrumentos interpretativos, com destaque para a construção de banco de dados e do uso da cartografia. Para a abordagem dos **assentamentos rurais**, a maioria dos trabalhos dedicou-se a estudos de caso, procurando destacar a especificidade de um determinado assentamento. Procurou-se mostrar os impactos e as mudanças provocadas pela implantação de assentamentos, bem como a importância social e

econômica dos assentamentos para a dinâmica dos municípios e a reordenação territorial; assentamentos como estratégias de (re)territorialização camponesa, as formas de luta e resistência; as formas de organização, produção e comercialização; as estratégias de desenvolvimento rural; sustentabilidade socioeconômica; as expressões da identidade camponesa; as construções e as significações das famílias sobre seus lotes; as relações de trabalho; o uso dos recursos hídricos e a relação dos assentados com a preservação; os saberes populares; o uso das geotecnologias (SIG) para a implantação de assentamentos; as redes de sociabilidade política; os assentamentos localizados nas regiões de fronteira; a criação de assentamentos próximos a áreas metropolitanas (comunas da terra); aspectos da territorialidade camponesa; a oferta de infraestrutura, assistência técnica e crédito rural; as perspectivas de permanência da juventude nos lotes; a diversidade produtiva e o desenvolvimentos sustentável.

Em seguida, com 80 trabalhos, as relações entre **campo-cidade e rural-urbano** foram enfatizadas, com destaque: as dinâmicas de transição rural-urbano e campo-cidade; a agricultura urbana; novas ruralidades; a construção dos espaços rurais e a organização dos sistemas agrícolas em áreas metropolitanas; as migrações campo-cidade; os assentamentos rurais e a relação cidade-campo; os bairros e vilas rurais; o rururbano; os espaços peri-urbanos; modos de vida e percepção das comunidades.

A abordagem temática sobre as **comunidades tradicionais**, incluindo neste rol as populações ribeirinhas, caiçaras, indígenas, sertanejas e quilombolas, somou 75 trabalhos. Tais estudos focalizaram questões como: o papel destas comunidades na preservação ambiental; seus conflitos com a criação das unidades de conservação, das reservas ecológicas os impactos das políticas públicas; as práticas silvopastoris e agroflorestais adotadas; a construção da identidade cultural, da territorialidade e os modos de vida e práticas culturais; a organização espacial e as transformações do sistema de faxinal; a relação dos saberes tradicionais para a promoção da sustentabilidade; desenvolvimento econômico e socioambiental; os processos de expropriação e resistência; as transformações do modo de vida; o etnodesenvolvimento; a importância do território; regularização fundiária.

A **agricultura familiar/campesinato** totalizou 63 trabalhos, ocupando a quinta posição. Pesquisas concernentes a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento; as relações de produção em sistemas agrícolas; as dificuldades e estratégias de reprodução agrícola; as alternativas de renda; o trabalho

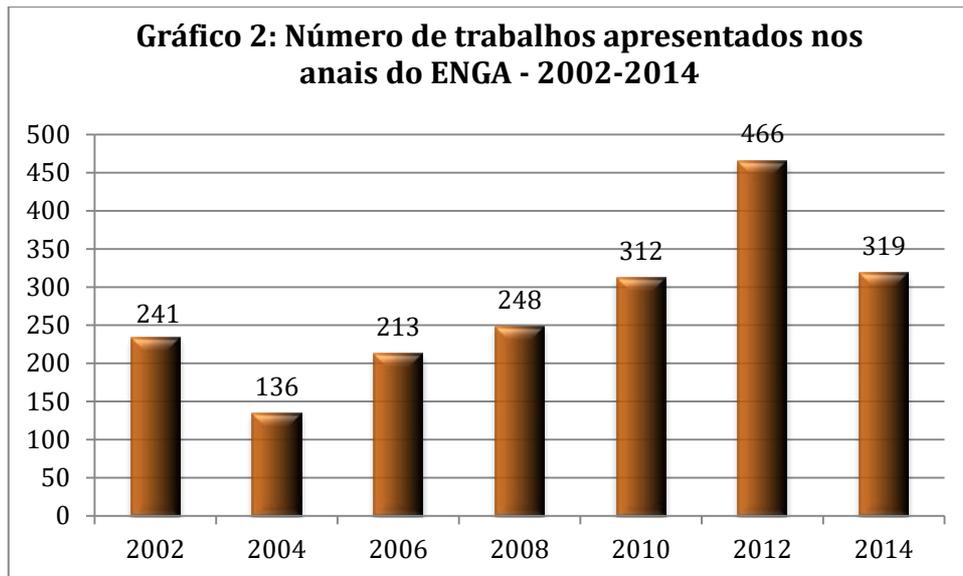
familiar sobre os moldes da reprodução ampliada do capital, com destaque para a expansão da cana; a reprodução das relações não-capitalistas de produção; os aspectos socioeconômicos; a dimensão sociocultural, com ênfase para a religiosidade e para a identidade; a organização social; a sustentabilidade.

O **agronegócio** também foi tema preconizado nestes encontros, onde se procurou denunciar os mitos sobre o desenvolvimento do agronegócio; os impactos ambientais; os riscos contra a biodiversidade; a expansão e territorialização do capital; o agronegócio como fator determinante para a e expansão das cidades e, por conseguinte, para a reorganização espacial; a análise da territorialidade agroindustrial; as redefinições técnico-produtivas do capital; o sistema de logística e transportes; as mudanças na estrutura fundiária; agroexportação. Assim, o segmento citricultor, sucroalcooleiro, agropecuário e avícola foram os mais apontados, enfatizando, igualmente, as novas formas de territorialização, como o hidronegócio e a monocultura do eucalipto - deserto verde.

Mesmo não ocupando posição de destaque, estudos relacionados a agroecologia e a agricultura orgânica (47), a matriz energética do país, com a construção de barragens e hidrelétricas (16) e a questão da agroenergia (agrocombustíveis/biodiesel) (12), caracterizam-se como novas temáticas que se colocaram em questão, contudo, como ainda restam os anais de 2011 e 2013 para serem tabulados e analisados, esse cenário poderá ser modificado.

2.2 Temáticas da Geografia Agrária brasileira (2002-2014): ENGA

Em seu primeiro ano, em 2002, o referido evento aglutinou 241 trabalhos, declinando para 136 no ano seguinte (2004) e aumentando para 213 trabalhos no ano de 2006. Em 2008 foram registrados 248 trabalhos, em 2010 foram 312, em 2012 a edição do evento atingiu o ápice de 466 trabalhos e em 2014 foram 319 trabalhos publicados, totalizando 1.935 trabalhos (Gráfico 2).



Fonte: Anais do ENGA (2002-2014)
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (2016)

Ao todo foram coletados 1.935 trabalhos referentes a todos os eventos contidos na análise proposta. Pode-se observar no gráfico 2 que, mesmo que não seja progressivo, de 2002 a 2014 houve um crescimento no número de trabalhos publicados no evento. Todos os trabalhos analisados se referem à modalidade de trabalhos completos.

Um dos fatores que explicam este crescimento se deve ao fato da difusão da ciência da geografia agrária no país, mostrando a sua necessidade na compreensão das transformações socioespaciais agrárias. Dentre os trabalhos publicados, há a participação de pesquisadores de diversas regiões do país e de todos os estados, com exceção do estado de Roraima.

O ENGA apresenta um número menor de trabalhos inscritos no comparativo com o SINGA. Uma das razões para esse fato pode estar atrelado aos interesses de cada grupo que organizou e coordenou as edições do evento, fazendo com que sejam atraídos mais ou menos participantes (GERMANI apud RAMOS FILHO, 2005).

O estudo também analisou a participação de pesquisadores das 5 macrorregiões do Brasil. Há grande participação da região Sudeste, responsável por 715 trabalhos submetidos nas sete edições, seguida respectivamente pela região Nordeste, com 442 trabalhos, da Sul com 370, Centro-Oeste com 245, e por último a região Norte, com 110 trabalhos submetidos.

Uma das hipóteses que explicam o maior número de trabalhos no Sudeste se relaciona com a consolidação e o grande avanço da atividade científica nessa região, com a criação das primeiras universidades e Cursos de Geografia, bem como a notória atuação destas, como a USP, UFRJ, UNICAMP e outras que hoje são consideradas um dos maiores polos científicos do Brasil em diversas outras áreas.

Outra questão refere-se ao local de acontecimento do evento. Quando próxima da região, possibilita-se que a comunidade acadêmica dos arredores participe do evento. No geral, quando o local do evento é distante da instituição de origem do pesquisador, os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação são fatores que, aliado à falta de auxílio financeiro para participação, inibem a participação. O maior número de trabalhos submetidos por região em um dado ano foi justamente da região Sudeste no ano de 2012, com 107 trabalhos advindos dessa região.

A partir do levantamento e da análise preliminar de cada edição do ENGA foi possível mensurar e sistematizar as 10 principais temáticas brasileiras da Geografia Agrária, como é possível acompanhar na tabela 2.

TABELA 2: ENGA - Ranking das principais temáticas de acordo com os trabalhos apresentados (2002-2014)									
TEMA		2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	Total
1	Reforma agrária/luta pela terra/movimentos sociais/assentamentos rurais	36	15	20	48	38	57	47	261
2	Produção agropecuária	33	13	21	12	28	36	27	170
3	Espaço agrário	26	13	36	22	16	22	15	153
4	Questão ambiental	28	11	14	13	29	30	18	143
5	Agricultura familiar/camponesa	7	21	14	17	20	29	28	136
6	Políticas públicas	8	3	10	8	19	36	27	112
7	Campo/cidade	7	14	14	20	12	19	16	102
8	Abordagens teórico-metodológicas	7	3	11	15	16	29	16	97
9	Questão agrária	25	1	4	11	10	9	7	69
10	Agricultura orgânica/agroecologia	1	5	4	7	19	17	10	63

Fonte: Anais do ENGA (2002-2014).

Organização: Otávio Augusto P. de Oliveira (2017)

A tabela revela uma ampla e geral análise acerca dos temas da Geografia Agrária no Brasil. Nela, damos destaque para um tema novo, que assim como no SINGA, teve participação notável: agricultura orgânica/agroecológica. Os estudos que

se dirigem a produção agroecológica possibilitam um movimento social e político com a promoção de mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. A agroecologia é projeto que se opõe ao modelo convencional baseado na produção em larga escala proposto pelo agronegócio, e defende uma produção responsável que valoriza os saberes tradicionais, e não apenas o conhecimento científico e técnico sobre a agricultura.

Dentre os temas mais abordados no plano temático agrário brasileiro está a **reforma agrária/luta pela terra/movimentos sociais/assentamentos rurais**, com 261 trabalhos. Acompanhando essa tendência, os estudos sobre o **espaço agrário** estão muito presentes, os quais versam sobre as transformações do campo brasileiro com o avanço da agricultura capitalista no campo. A **questão ambiental**, com 143 trabalhos, também foi outra temática de destaque, o que explicita uma maior preocupação aos impactos ambientais advindos das novas tendências produtivas/econômicas. Temas como bioenergia, feiras-livres e populações impactadas pela construção de barragens se configuram como novos temas neste início de século no Brasil.

Em seu estudo Ferreira (1998) apresentou os temas mais trabalhados na Geografia Agrária no período de 1934 a 1995. Fernandes (1998) também fez um estudo bastante similar, identificando os temas mais estudados em eventos específicos da Geografia Agrária como os mais gerais de da própria Geografia. O quadro abaixo (Quadro 1) sintetiza as temáticas de estudo apontadas por Ferreira (1998) e Fernandes (1998), atualizando-o com os temas identificados nesta pesquisa.

Quadro 1: Temas da Geografia Agrária brasileira na década de 1930-2010

PERIODO	TEMAS
1934 a meados dos anos 60	Caracterização classificação e distribuição de produtos agrícolas por áreas; colonização; hábitat rural; paisagem rural
Meados do anos 60 a meados dos anos 70	Estudos classificatórios; tipologia agrícola; caracterização social; funcional e econômica da agricultura; uso da terra; organização agrária
1975 a 1995	Transformação do espaço rural; modernização da agricultura, relações de trabalho; desenvolvimento rural; desequilíbrios regionais; pequena produção; produção familiar; agroindústria
2002 a 2014*	Luta pela terra/reforma agrária/assentamento/acampamento rural/movimentos sociais; produção agropecuária; espaço agrário; questão ambiental; agricultura camponesa/familiar; políticas públicas; campo/cidade; abordagens teórico-metodológicas; questão agrária;

	agricultura orgânica/agroecologia; agroenergia; agronegócio; comunidades tradicionais.
--	---

(*)Último ano de referência dos trabalhos levantados.

Fonte (1998) e Anais do SINGA e ENGA

Organização: Otávio Augusto P. de Oliveira (2017)

Ao retornar as temáticas apontadas, alguns ainda permanecem, como a luta pela terra, assentamentos rurais, produção familiar, impactos ambientais, movimentos sociais, complexos agroindustriais e a relação campo/cidade. Também comparecem novos temas de estudo, como agricultura orgânica/agroecologia e a agroenergia, por exemplo.

Do que foi possível levantar e analisar até o momento, é possível afirmar que a Geografia Agrária, como aponta Ferreira (2011), é dinâmica, variada e plural, dotada de diversidade e diferencialidade temática (CAMPOS, 2012).

A seleção das temáticas elegidas pelos participantes do ENGA ainda não demonstrou uma preocupação distinta das temáticas de estudo selecionadas pelos pesquisadores do SINGA, conforme afirma Germani (2005). O que foi possível observar é que, devido a escala internacional do SINGA, há um número superior de trabalhos inscritos nas edições desse evento, sobretudo nos temas concernentes à reforma agrária/luta pela terra/movimentos sociais, apresentando um movimento geral de ascensão crescente no número de trabalhos inscritos. Essa questão indica que há um grupo maior disposto à discutir esses temas, revelando uma postura política e ideológica comprometida com a militância e o engajamento social no SINGA.

A análise paradigmática irá aprofundar melhor as questões que envolvem os interesses dos participantes em cada um dos eventos. Isso porque, após a identificação temática, será realizada a reflexão que verticaliza a análise aos conteúdos dos trabalhos inscritos. Essa reflexão terá como base a análise paradigmática.

Como estudado por Fernandes (2005, 2006, 2008 e 2009) e Felício (2011), nenhum pesquisador ou área do conhecimento está fora do debate paradigmático. Os paradigmas, entendidos como referências no processo de elaboração do conhecimento, envolvem a todos já que, nas mais diversas áreas do conhecimento, as pesquisas sobre o campo brasileiro podem ser analisadas a partir de dois grandes eixos paradigmáticos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (FERNANDES, 2005; 2006; 2008; 2009; FELÍCIO, 2011).

É importante saber que, ao optar por realizar o debate paradigmático nestes dois paradigmas, esta é apenas uma proposta de leitura da produção científica da Geografia Agrária. Ela não se resume em si, tampouco é única ou totalizante, mas sinaliza outra possibilidade que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica adotada pelos pesquisadores.

O debate paradigmático será efetuado a partir do mapeamento das referências teóricas, conceitos, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades de leitura da realidade apresentados pelos trabalhos inscritos nos dois eventos. Assim, considera-se que ao partirmos para a análise paradigmática, será possível delinear melhor os interesses e ideologias dos pesquisadores envolvidos nestes dois eventos, evidenciando a postura política-ideológica contida nas pesquisas sobre o desenvolvimento do campo brasileiro. Ao analisar a produção intelectual pelo debate paradigmático, propomos uma Geografia que revele o sentido político à produção científica (OLIVEIRA, 1978), já que cada autor(a) se compromete, explicita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos para a apreensão da questão agrária e dos modelos de desenvolvimento para o campo.

Considerações finais

Os eventos científicos são espaços de diálogo e socialização do conhecimento. Através deles, foi possível levantar e analisar a diversidade e a diferencialidade temática da Geografia Agrária. A manutenção e renovação dos temas indicam a complexidade do campo brasileiro e a tentativa dos(as) pesquisadores(as) no desvendamento e acompanhamento da realidade. Os temas também indicam as posturas ideológicas e políticas que estão em disputa, reflexão que será desenvolvida com mais afinco com a incorporação do debate paradigmático em pesquisas futuras.

Referências

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. São Paulo, 2012. 388f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Unesp, Presidente Prudente.

DINIZ, José Alexandre Filizola et al. Subsídio ao estudo da história da geografia agrária brasileira. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 10, 1990, Aracaju. **Anais...** Aracaju: ENGA, 1987 (mimeo).

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, no. 2, dez. 1998.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **A pesquisa em Educação do Campo**, v. 20, 2006.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERREIRA, Darlene Aparecida. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro.

FERREIRA, Darlene Aparecida. **O Mundo rural e Geografia: geografia agrária no Brasil de 1930-1990**. São Paulo: Unesp, 2002.

GERMANI, Guiomar Inez. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen**. 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, no 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

RAMOS FILHO, Eraldo. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp).